

AO ILUSTRÍSSIMO SR. DIRETOR DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ref.: Processo Administrativo nº. 35014.398192/2021-41 (Ofício SEI nº. 726/2021/DIRBEN-INSS)

BANCO BMG S.A. (“BMG”), já qualificado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO** em epígrafe, lavrado por este **I. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (“INSS”)**, apresenta sua **DEFESA ADMINISTRATIVA** nos termos do art. 52-A, II da Instrução Normativa PRES/INSS nº. 114/2021, nos termos a seguir:

I – TEMPESTIVIDADE

1. O BMG foi intimado para apresentação de defesa administrativa no prazo de 10 (dez) dias, mediante ofício recebido no dia 11/11/2021. Entretanto, em razão da ausência de disponibilização das cópias por este i. INSS no prazo para defesa, em 19/11/2021 o BMG pediu a dilação de prazo por 10 dias.

2. Assim, conforme consta dos despachos e minuta de SEI 5627976, 5694949, 5694292, 5702600, foi deferida a dilação de prazo por 10 (dez) dias a contar de 29/11/2021, sendo, portanto, inquestionavelmente tempestiva esta defesa.

Rio de Janeiro
Rua da Glória 290, 15º andar
Rio de Janeiro RJ 20241-180
Tel.: 55 21 3806-3484 | 55 21 3806-3400 | Fax: 55 21 2509-2881

São Paulo
Av. Brigadeiro Faria Lima 4509, 4º andar
São Paulo, SP, 04538-133
Tel.: 55 11 2102-8460

Brasília
SAS Quadra 1 Bloco M Salas 510 e 511
Edifício Libertas
Brasília, DF, 70070-010
Tel.: 55 61 3325 8500 | 61 3325 8501

II – RESUMO DOS FATOS

3. Trata-se de processo administrativo iniciado através da unificação de todos os processos administrativos que constavam no INSS para apuração de possíveis irregularidades na concessão de empréstimos e operações de cartão de crédito consignado por parte desta instituição financeira.

4. Através das 2000 páginas colacionadas por este i. Instituto, constam as cópias dos processos administrativos que formaram o processo em referência, nos quais o BMG teria praticado condutas infracionais. Tratam-se dos seguintes processos: 35000.000373/2019-83, 35000.000374/2019-28, 35000.000467/2019-52, 35000.000699/2019-19, 35000.000711/2019-87, 35000.000713/2019-76, 35000.00153/2019-77, 35000.001432/2019-31, 35000.001510/2019, 35000.001541/2019-58, 35000.001675/2019-79, 335000.001685/2019-12, 35000.002510/2019-14, 35000.002512/2019-11, 35000.002513/2019-58 e 00966.000876/2020-08.

5. Tais processos foram iniciados após o recebimento de ofícios recebidos de Tribunais e Turmas Recursais, notadamente da 2ª Turma Recursal do Distrito Federal e do Juízo singular do Juizado Especial Cível da Comarca de União da Vitória/PR. Esses ofícios fazem referência a processos individuais movidos por consumidores desta instituição financeira questionando a legalidade dos contratos de crédito consignado, que resultaram na expedição de ofício ao INSS para apuração de possíveis infrações, sem prejuízo das condenações indenizatórias individuais.

6. Assim, de acordo com este i. Instituto o BMG teria incorrido nas seguintes infrações: (i) violação aos arts. 1º, 3º, 21, 21-A e 47 da Instrução nº. 28 do INSS (com redação alterada pela Instrução Normativa INSS nº. 114/2021); e (ii) violação ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº. 77/2020 firmado entre BMG e INSS.

7. Como se percebe pelos autos este i. INSS fez (i) levantamento dos ofícios judiciais recebidos; e (ii) levantamento dos demais processos administrativos no INSS em face do BMG. Em seguida, após o levantamento das

informações supracitadas o BMG foi intimado para apresentar esta defesa administrativa.

8. Eis, portanto, o resumo do processo administrativo instaurado em face desta instituição financeira. É justamente sobre esses pontos que o BMG passa a demonstrar as razões que fundamentam o arquivamento do presente processo, sob pena de se ver perpetrado contra si a aplicação de sanções descompassadas com o ordenamento jurídico brasileiro em vigor. É como passa a demonstrar.

III – FATOS QUE EVIDENCIAM A INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS DO INSS: RELAÇÃO ENTRE OS CONTRATOS CELEBRADOS PELO BMG E AÇÕES PROPOSTAS NO DISTRITO FEDERAL E NA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA (PR)

9. Considerando que a instauração deste processo administrativo teve como fato gerador a recepção de ofícios judiciais das comarcas do Distrito Federal e de União da Vitória (PR), esta instituição financeira pretende inicialmente apresentar a este i. INSS que **a situação fática da relação entre o BMG e seus consumidores nesses locais não é majoritariamente litigiosa, sendo ínfima a quantidade de ações propostas à luz dos contratos celebrados.**

10. Para tanto, esta instituição financeira se valeu de inteligência artificial para fins de apurar a relação entre a quantidade de contratos celebrados nesses locais entre os anos de 2019 e 2021 (período no qual teve início o primeiro processo administrativo que resultou no presente) e a quantidade de ações propostas nas respectivas comarcas.

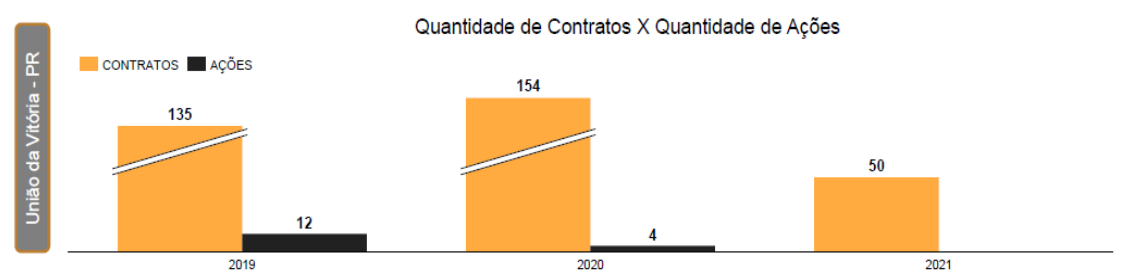
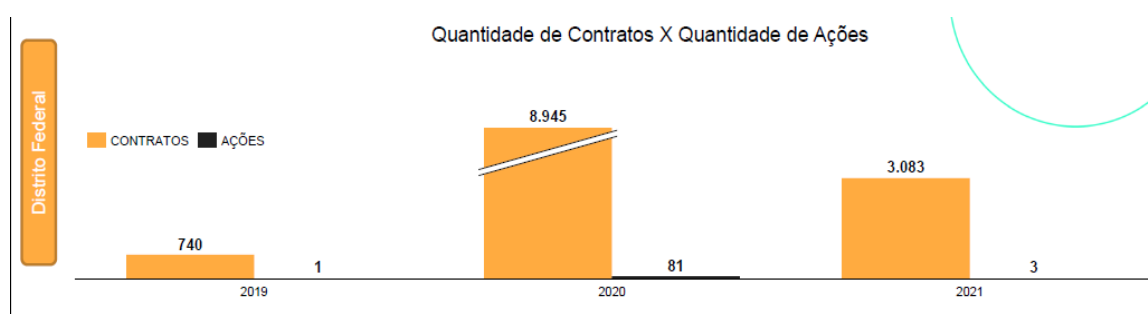
11. Diante disso, o BMG apresenta nos documentos em anexo suas conclusões, sendo possível verificar que a relação de contratos para as ações propostas é ínfima, bem como que, ainda que as ações sejam propostas, em sua maior parte o poder judiciário vem reconhecendo o direito do BMG (docs. 01/02).

12. **Isso quer dizer que os ofícios recepcionados por este i. INSS não refletem a realidade fática ocorrida nos locais, onde há uma quantidade muito maior de consumidores que não litigam com o BMG, os quais podem vir a**

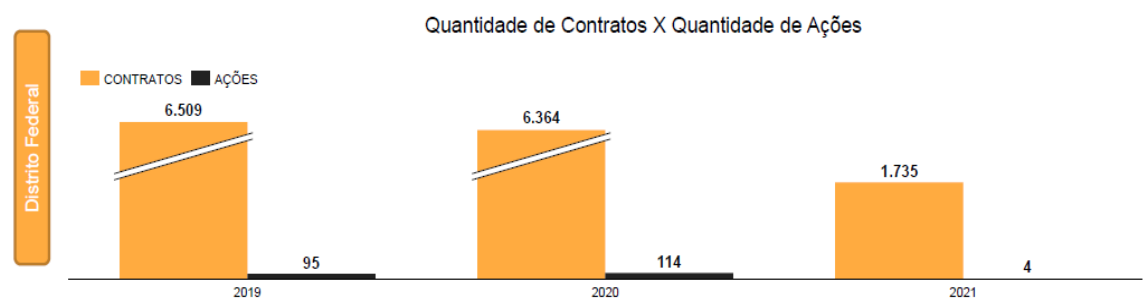
serem prejudicados caso esta instituição financeira seja sancionada no bojo deste processo administrativo.

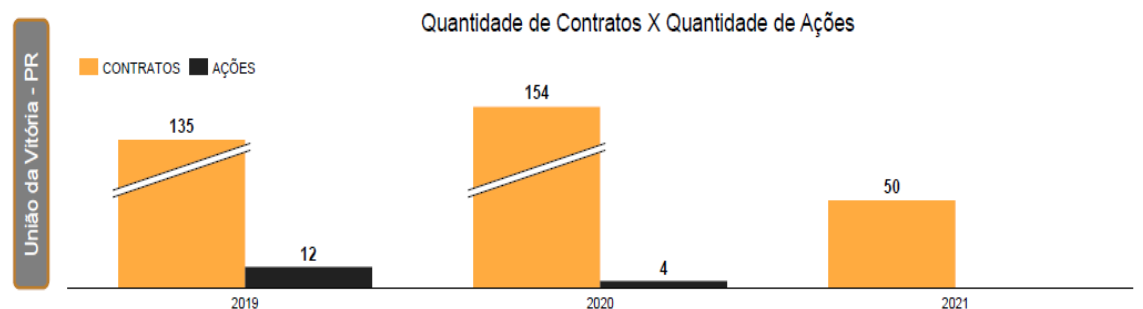
13. Veja-se pela tabela abaixo, cujos dados foram extraídos dos documentos em anexo, que a relação entre contratos celebrados e ações propostas não demonstra que os beneficiários do INSS tenham tido qualquer direito violado pelo BMG (v. doc. 01).

- Para empréstimo consignado



- Para cartão de crédito consignado:

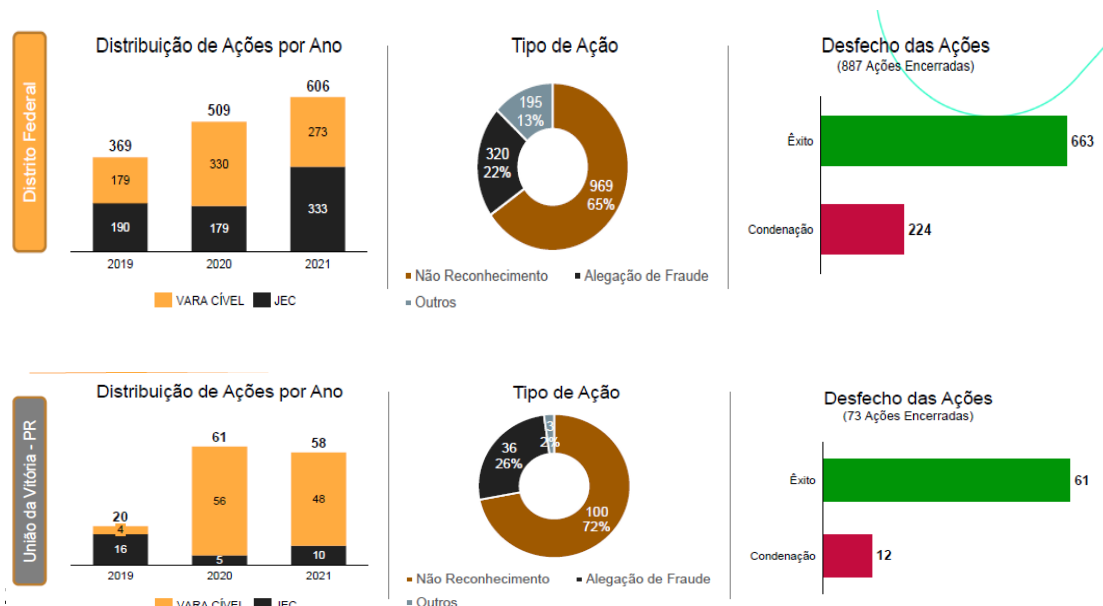


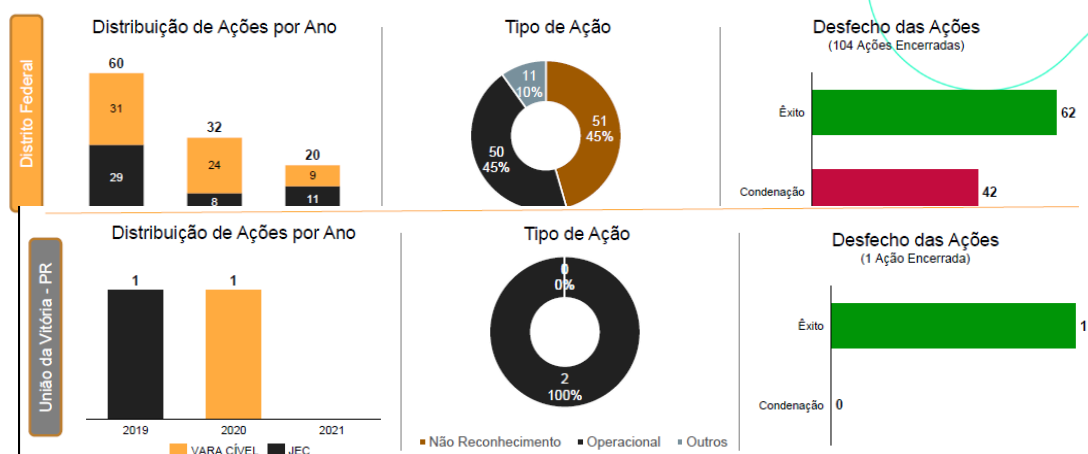


14. Os indicadores acima, alinhado ao fato de que o BMG não pode impedir seus consumidores – ou qualquer pessoa que seja – de buscar o judiciário, comprova que esta instituição financeira vem aprimorando seus produtos e serviços com objetivo de proteger o mercado de consumo e não causar danos aos seus consumidores, bem como que esse modo de atuação nos termos que determinam as normas consumeristas e também deste i. INSS, vem sendo reconhecidas por seus consumidores.

15. Além do baixo número de ações ajuizadas, **na maior parte das demandas propostas o direito do BMG vem sendo reconhecido pelo poder judiciário.** A análise do número absoluto de demandas distribuídas e encerradas, juntamente com os desfechos dessas ações, comprovam essa afirmação. Veja-se pelo *print* abaixo (v. doc. 02.):

- Para cartão de crédito consignado:





16. Registre-se novamente que as reclamações recebidas por este i. INSS são majoritariamente originárias da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Turma Recursal e do Juizado Especial Cível de União da Vitória (PR). Ou seja, apenas dois juízos que estão longe de representar a maior parte de determinado Tribunal. Mais que isso, não representam todo o mercado consumidor do BMG, instituição financeira nacionalmente reconhecida por seus consumidores e pela qualidade de seus serviços.

17. Diante disso, o BMG acredita ter comprovado de maneira objetiva que não obstante os ofícios recebidos dos juízos singulares, estes não representam a conduta do BMG perante os beneficiários deste INSS.

18. Por estas razões, o BMG acredita ter demonstrado que não há suporte fático para o prosseguimento do presente processo administrativo, que deverá ser arquivado, por ser medida de direito.

IV – DA AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO PRATICADA PELO BMG QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

(iv.a) – Ausência de infração aos dispositivos da Instrução INSS nº. 28/2008

19. De acordo com o processo administrativo em referência, as condutas do BMG no bojo dos processos judiciais individuais, constituiriam infrações diretas ao dispostos nos artigos 1º, 3º, 21, 21-A e 47 da Instrução INSS nº. 28/2008, *Verbis*:

Art. 1º O desconto no valor da aposentadoria e pensão por morte pagas pela Previdência Social das parcelas referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito, concedidos por instituições financeiras, obedecerão ao disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que (...)

Art. 21. A instituição financeira, ao realizar as operações de consignação/retenção/constituição de RMC dos titulares de benefícios deverá, sem prejuízo de outras informações legais exigidas (art. 52 do Código de Defesa do Consumidor – CDC), observar a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em especial as disposições constantes da Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, e alterações posteriores, bem como dar ciência prévia ao beneficiário, no mínimo, das seguintes informações: (...)

Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, que constará de página única,

reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterà, necessariamente: (...)

Art. 47. As reclamações serão recebidas diariamente pela OGPS e serão adotadas as seguintes providências: (...)

20. Dito isso, o BMG passa a descrever brevemente as razões pelas quais não pode ser sancionado em razão das imputações supracitadas.

21. Pois bem. Inicialmente, o BMG relembra a este i. Instituto que a aplicação de qualquer sanção decorrente do processo administrativo está diretamente conectada com a ocorrência de uma infração que lhe é pressuposta. Entretanto, como bem ressalta a doutrina pátria, a análise das infrações exige cautela para não causar uma aflição social ou ser usada como represália.¹

22. Nesse sentido, para que seja configurada uma infração administrativa, é necessária a presença simultânea de conduta típica, antijurídica e reprovável pela administração pública, como bem explica a doutrina de Daniel Ferreira em obra famosa.²

¹ Não se trata, portanto, de causar uma aflição, um mal, objetivando castigar o sujeito, leva-lo à expiação pela nocividade de sua conduta. O direito tem como finalidade unicamente a disciplina da vida social, a conveniente organização dela, para o bom convívio de todos e bom sucesso do todo social, nisto se esgotando seu objeto. Donde não entram em pauta intentos de represália, de castigo, de purgação moral a quem agiu indevidamente. É claro que também não se trata, quando em pauta sanções pecuniárias – caso das multas –, de captar proveitos econômicos para o Poder Público, questão radicalmente estranha à natureza das infrações e, conseqüentemente, das sanções administrativas. Estas considerações, sem embargo de serem óbvias, necessitam ser explicitamente afirmadas e lembradas, pois se estiverem constantemente presentes no espírito do intérprete evitarão equívocos em relação a tópicos interessantes ao tema das infrações e sanções administrativas. ” (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34. Ed. São Paulo. Malheiros, 2019. . cit. p. 900)

² De todo modo, é possível aprofundar ainda mais esse exame e, com lastro na Teoria Geral do Delito, ferramental próprio do Direito Penal, formulou-se uma Teoria Geral da Infração Administrativa, cuja prestabilidade é a de permitir a conferência, em cada caso concreto, se efetivamente ocorreu, ou não, comportamento reprovável de alguém perante a Administração Pública, à luz da Constituição da República. Por meio dessa teoria formula-se um conceito analítico, estratificado, que apresenta a infração administrativa em camadas, por partes. Isto é, demonstrando que para haver infração administrativa numa situação concretamente considerada é preciso constatar-se, sucessivamente e na

23. Ocorre que, ao contrário do alegado pelo INSS, os três elementos supracitados não se encontram presentes no caso concreto, impossibilitando a aplicação de sanção ao BMG.

24. A respeito da **primeira infração** imputada ao BMG, decorrente da suposta violação ao artigo 1º da Resolução nº. 28/2008, não é difícil perceber que a suposta infração não está configurada.

25. Isso porque o referido dispositivo legal não se traduz em uma conduta infracional que seja tomada pelo BMG ou ainda por qualquer instituição financeira. Pelo contrário, o referido dispositivo legal apenas limita a supracitada resolução como sendo aquela que regulamentará o crédito consignado e nada mais.

26. Trata-se na verdade de um dispositivo legal meramente informativo e que não traduz qualquer conduta infracional, não podendo, portanto, justificar a aplicação de sanção.

27. Situação idêntica ocorre com a **quinta infração** imputada pelo INSS e que diz respeito à suposta violação ao art. 47 da Resolução nº. 28/2008. Tal dispositivo legal se limita a informar os trâmites das reclamações realizadas pelos pensionistas junto ao INSS e nada mais.

28. Em outros termos: o referido dispositivo regulamentar é aplicável para este Instituto e não para esta instituição financeira – ou qualquer outra. De acordo com o artigo 47, este Instituto adotar as medidas ali insertas em caso de reclamações de pensionistas. Logo, o artigo 47 da supracitada resolução não constitui qualquer infração apta a resultar na aplicação de qualquer sanção ao BMG.

29. Deste modo, tanto a primeira quanto a quinta infração simplesmente remetem a dispositivos regulamentares que não constituem qualquer conduta infracional e, portanto, não possuem arcabouço jurídico para fundamentar eventual sanção ao BMG.

ordem, conduta de uma pessoa física ou jurídica, que precisa ser típica, mostrar-se antijurídica e, por conta disso tudo, fazer-se reprovável pela Administração Pública. ” (Infrações e Sanções Administrativas: Panorama Geral. Enciclopédia Jurídica da PUCSP, tomo II (recurso eletrônico): direito administrativo e constitucional / coord. Vidal Serrano Nunes Jr. [et al.] – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. p. 8)

30. Já em relação à **segunda infração** no sentido de que o BMG teria violado o artigo 3º da Resolução em questão, esta instituição financeira esclarece que o referido dispositivo legal é constituído de 7 (sete) incisos destinados principalmente aos beneficiários do INSS e não à Instituição financeira³.

31. Afinal, o inciso I trata das pessoas jurídicas com quem o beneficiário pode contratar em consignação, bem como os incisos IV em diante consiste da representação legal do beneficiário.

32. Ainda assim, poder-se-ia eventualmente imputar ao BMG as práticas constantes nos incisos II e III, que dizem respeito a necessidade de assinatura do consumidor nos contratos consignados como elemento necessário à sua regular constituição.

33. Ocorre que, nos casos individuais que formaram o presente processo administrativo, o BMG exaustivamente apresentou a este i. INSS os contratos celebrados com os respectivos consumidores contendo a assinatura dos mesmos em concordância com os termos do contrato.

34. É o que se constata pelos documentos de páginas (PDF) 111/115, 464/467, 626/629, 1113/1116, 1434/1440, 1464/1468, dentre outros juntados pelo BMG no curso dos processos administrativos que, reunidos, que formaram o presente processo. Veja-se dos *prints* das páginas supracitadas.

³ *Verbis*:

I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado Convênio e/ou Acodo com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência –Dataprev, para esse fim;

II - mediante contrato firmado e assinado com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio; e

III - a autorização seja dada de forma expressa por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência.

III - a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência.

IV - o representante legal (tutor ou curador) poderá autorizar o desconto no respectivo benefício elegível de seu tutelado ou curatelado, na forma do caput, mediante autorização judicial;

V - a revogação ou a destituição dos poderes ao representante legal não atingem os atos praticados durante sua vigência, salvo decisão judicial dispondo o contrário;

VI - no caso de operações realizadas pelo representante legal, caberá à instituição financeira verificar a possível restrição prevista no inciso IV do caput, sob pena de nulidade do contrato; e

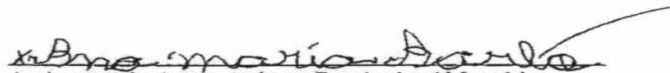
VII - o representante convencional (procurador) não poderá autorizar os descontos previstos no caput.

Pag. 114:

Local e Data: Brasília, 18 de 02 de 2008.



Assinatura do BMG



Assinatura do Aposentado ou Pensionista/ Mutuário
ou Representante ("assinante a rogo")

Pag. 465:

CLIENTE E DE ACORDO:

Local/data: 26/07/2016 Assinatura do EMITENTE João Paumagosa Paumagosa

V. SAQUE AUTORIZADO - SOLICITAÇÃO E DECLARAÇÃO DO(A) APOSENTADO/PENSIONISTA

Pag. 627:

Assinatura do TITULAR: João Batista F da Paixão

Pag. 1114:

ou de fala 0800 9797 333 / DUVIDORIA 0800 723 2044

Assinatura do TITULAR (ou rogado, se aplicável): [Handwritten Signature]

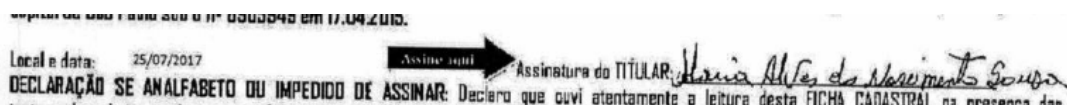
10/11/2017 2/2

Pag. 1434:

Local e data: 03/04/2019 Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMG Card

Assinatura do TITULAR: Almeida Magalhães

Pag. 1467:



35. Acrescente-se que em todos os contratos supramencionados, consta ainda o documento de identificação civil do beneficiário, como determina o inciso II do artigo 3º da Resolução INSS nº. 28/2008.

36. Como se percebe, o BMG demonstrou não praticar qualquer conduta que viole o referido dispositivo regulamentar, seja porque tal dispositivo é voltado majoritariamente para os beneficiários, seja ainda porque no que diz respeito ao BMG o dispositivo é aplicado integralmente.

37. Logo não há razões fáticas ou jurídicas para aplicação de sanção ao BMG em razão do dispositivo regulamentar do artigo 3º da Resolução INSS nº. 28/2008.

38. Já a respeito da **quarta e quinta infração** imputadas ao BMG, no sentido de que esta instituição financeira teria violado aos artigos 21 e 21-A da Resolução INSS nº. 28/2008, este argumento igualmente não se encontra apto a ensejar qualquer sanção ao BMG.

39. A respeito dos referidos dispositivos, o BMG esclarece que ambos constituem obrigações destinadas a regulamentar as obrigações da instituição financeira responsável pela consignação, notadamente a respeito das informações que os contratos devem conter, tais como, valor total com e sem juros, taxa de juros mensal e anual, data início e fim do desconto, dentre outras.

40. Dentre essas informações, o artigo 21-A, introduzido em 2018 por força da sentença proferida no bojo da ação civil pública nº. 106890-28.2015.4.01.3700, destaca a necessidade de existência da expressão ‘Termo de Consentimento Esclarecido do Cartão de Crédito Consignado’.

41. Pois bem. A respeito do instrumento contratual utilizado pelo BMG cumpre esclarecer que é inquestionável que desde o título o documento apresenta a informação de maneira clara e precisa, com letra maiúscula e grifos em negrito, exatamente como determina o supracitado artigo 21 (**doc. 03**). Veja-se:

TERMO DE ADESAO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	
Local e data de emissão: 17/08/2021	Nº ADE 71773080

42. Além do título, as informações permanecem claras e precisas nos quadros que compõem os contratos, onde consta os dados pessoais do consumidor e as características do contrato em consignação respectivamente. Nessa parte do documento, é possível verificar o cumprimento de todos os incisos do art. 21 . Veja-se:

- Contrato cartão consignado:

I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)	
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF 4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão 5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício; 7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Nacionalidade (Cidade/UF) 10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail 12. Endereço Residencial Completo 12.1 Endereço Comercial Completo 13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio 14. Nome da Mãe/ Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a) 16. PCP (pessoa politicamente exposta) 17. Natureza da operação: 18. Propósito da operação: 19. Empregador - Entidade Pública Pagadora (CONSIGNANTE) / Convênio	1. HELIO JOSE DOS SANTOS 2. MASCULINO 3. 191.476.359-91 4. 18505339 Carteira de Identidade SSP / PR 11/01/2021 5. --- 6. 1651904844 7. Viuvo 8. 19/07/1948 9. BRASILEIRA 9.1 CURITIBA / PR 10. --- / (41)99515-8668 11. --- 12. R. Padre Jose Edmundo Dilly 93, ---, CAPAO DA IMBUIA, CURITIBA, PR, 82.810-463 12.1 --- 13. R\$ 1.100,00 13.1 Patrimônio 14. ZENI LEOPOLDINA DA CONCEICAO / JOAQUIM ANTONIO DOS SANTOS 15. --- 16. Não 17. Financeira 18. Cartão 19. INSS - INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL -
II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
1. Valor máximo para pagamento de valor mínimo indicado no cartão 2. Abrangência 3. Vencimento 4. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite) 5. Cadastro (Apenas novo cadastro) 6. Forma de Pagamento	1.1. R\$ 55,00 2. Internacional 3. --- 4. --- 5. --- 6. Mensal

- Contrato empréstimo consignado:

PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO			
Credor: BANCO BMG S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 01.186.680/0001-74, com endereço na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 1ª torre, 10º andar, Bairro Vila Nova Conceição, CEP: 04543-000, São Paulo/SP, neste ato representado nos termos de seu estatuto social, doravante denominado BANCO/BMG.			
Resumo da proposta: 1. Adesão nº 2. Nome do Cliente:	1. 7021339 2. MARIA PAULINA MELLO	7. Valor máximo solicitado: 8. Prazo de Carência 1ª Parcela 9. Quantidade de parcelas: 10. Taxa de juros:	7. R\$ 6.183,02 8. Sem carência 9. 84

43. O instrumento contratual prossegue com os demais campos seguindo a mesma forma, ou seja, informações em negrito com letras grandes e destacadas, veja-se do exemplo do modelo do cartão consignado:

II - CARTÃO MÚLTIPLD: ☐ Sim ☒ Não

I. ☐ Por meio do presente Termo de Adesão, o Cliente solicita a ativação no seu Cartão de Crédito Consignado da função de débito para movimentação da Conta de Pagamento contratada com o Banco BMG.

2. ☒ Ainda que não tenha contratado a Conta de Pagamento com o Banco BMG, O CLIENTE SOLICITA E AUTORIZA O BANCO BMG A EMITIR O SEU CARTÃO COM AS FUNÇÕES CRÉDITO E DÉBITO. NESSE CASO, O(A) TITULAR ESTÁ CIENTE, DE ACORDO E AUTORIZA QUE:

(i) apenas a função crédito do seu Cartão de Crédito Consignado estará habilitada para uso, permanecendo a função débito bloqueada;

(ii) NÃO serão autorizadas quaisquer transações na função débito;

(iii) a função débito do seu cartão apenas será habilitada se o(a) TITULAR contratar a Conta de Pagamento oferecida pelo o Banco BMG, conforme tenha interesse, mediante formalização da documentação necessária a tanto.

II - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR

Banco/ Nº Banco / Agência/ nº da Conta Corrente BANCO ITAU UNIBANCO S/A/ 341 / 2947 / 7505 - 2

IV- SEGURO DE PROTEÇÃO DE PERDA, ROUBO, EXTRAVIO OU SAQUE SOB COAÇÃO: Sim ☐ Não ☐

O Titular declara estar ciente de que em caso de inadimplência o seguro poderá ser suspenso ou cancelado.

V - CANAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DA FATURA

☒ Canais Eletrônicos (internet banking e aplicativo) ☐ E-mail ☐ Correio

VI - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)

1. Empresa / CNPJ / Cod Loja	1. ARTHUR DE OLIVEIRA & CIA. LTDA - ME 20.536.375/0001-88 44147
2. Endereço/telefone	2. R FELIPE SCHMIDT 249 249. CENTRO. FLORIANÓPOLIS. SP. 88.010-902 (09)9765-3482
3. Nome/CPF do Agente de Venda	3. --- / 314.536.978-45

44. Situação semelhante ocorre nas cláusulas e condições especiais do contrato, que constam com informações em negrito sobre os pormenores dos produtos, notadamente a respeito da utilização do cartão consignado.

- Cartão consignado:

1. CLAUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS: 1.1. **Autorização para desconto:** O TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretratável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício em favor do BANCO BMG S.A. (EMISSION) para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 1.2. O TITULAR declara estar ciente de que o produto ora contratado refere-se à um Cartão de Crédito Consignado, declarando, ainda, estar de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro II deste Termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro(s) produto(s). O TITULAR declara estar ciente de que o referido valor será automaticamente majorado e/ou minorado na mesma proporção de eventuais e futuros aumentos e/ou diminuições em sua margem consignável. 1.3. Sem prejuízo da possibilidade de bloqueio ou cancelamento do Cartão, ocorrendo a inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento/benefício, nos termos ora conveniados, o TITULAR ficará obrigado a pagar o valor devido por outro meio, diretamente ao EMISSION, que poderá debitar o valor devido da conta do TITULAR indicada no Quadro III do Preambulo. Para esse fim, o TITULAR autoriza o EMISSION a debitar da conta de sua titularidade indicada no Quadro III, o valor vencido e não pago, destinando os recursos única e exclusivamente para amortizar o saldo devedor do Cartão de Crédito Consignado ora contratado. O TITULAR obriga-se a manter o saldo suficiente na conta para o acolhimento dos lançamentos. Essa autorização é dada por prazo indeterminado, até o eventual cancelamento do CARTÃO e a liquidação integral do saldo devedor. Essa autorização poderá ser cancelada a qualquer momento pelo TITULAR, mediante comunicação ao EMISSION. Neste ato, o TITULAR autoriza, ainda, o EMISSION a ter acesso aos seus dados de depósitos e aplicações em outras instituições financeiras, bem como operações de crédito tomadas com outras instituições financeiras, nos termos do artigo 1º, § 3º, V da Lei Complementar nº 105/DI, que dispõe a não configuração de quebra de sigilo bancário a revelação de informações sigilosas com o expresso consentimento do interessado. 2. DO SEGURO DE PROTEÇÃO DE PERDA, ROUBO, EXTRAVIO OU SAQUE SOB COAÇÃO: O TITULAR autoriza aderir ao Seguro Cartão Protegido, que garante indenização dentro dos limites e coberturas constantes nas condições que foram apresentadas. Declara que recebeu no ato de assinatura deste Termo, o RESUMO DAS CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS e o CERTIFICADO DE SEGURO contendo as coberturas a que tem direito. Está ciente e concorda que as condições completas do seguro permanecem à sua disposição no site www.generali.com.br para consulta a qualquer tempo. Autoriza ainda que o prêmio de seguro seja cobrado através da fatura de Cartão de Crédito Consignado. 3. DECLARAÇÕES DO(A) TITULAR E CONDIÇÕES GERAIS DA ADESÃO: 3.1. Conforme disposto no item 16, do Quadro I do presente documento, o TITULAR declara, para os devidos fins, seu enquadramento como PEP "Pessoas Politicamente Expostas", assim consideradas, nos termos Circular nº 3.978/20, do Banco Central, as agentes públicas que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. 3.1.1. O TITULAR declara que sua movimentação financeira está sempre atrelada ao propósito e à natureza de relação de negócios, conforme declarado no item 17 e 18 do Quadro I do presente termo, e que havendo qualquer mudança de propósito e natureza da relação de negócios, comunicará imediatamente e formalmente o Banco BMG. 3.2. O TITULAR declara em cumprimento ao disposto na Circular nº 3.978/20, do Banco Central, que conhece as regras da Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" e normas complementares publicadas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional, tendo ciência de que o BANCO BMG S.A. e as instituições financeiras a ele ligadas (controladas, controladoras ou sob controle comum) possuem, por força legal, obrigação de comunicar ao Banco Central sobre a ocorrência de determinadas operações previstas nas referidas normas, nada tendo a opor quanto ao referido procedimento. 3.3. O TITULAR declara que os investimentos e movimentações financeiras pretendidas são compatíveis com sua atividade, rendimentos e situação patrimonial e que para fins do disposto na Lei nº 9.613/98, regulamentada pelo Banco Central, os montantes que vierem a ser movimentados e/ou investidos pelo mesmo não provêm de atividade ilícita. 3.4. O(A) TITULAR declara ter ciência que: (i) o SAQUE é um serviço facultativo atrelado ao cartão, que somente será disponibilizado pelo EMISSION ao TITULAR nas hipóteses previstas na legislação/regulamentação aplicável e observando os termos e condições constantes no convenio firmado entre o EMISSION e o empregador/conveniado; (ii) SAQUES mediante o cartão poderão ser formalizados: (a) mediante a celebração de uma Cédula de Crédito Bancário - CCB, a ser emitida nos termos da Lei nº 10.931/04, física ou eletrônica; (b) nos terminais de auto atendimento credenciados à bandeira; (c) através dos demais meios e canais eletrônicos disponibilizados pelo EMISSION para essa finalidade; ou (d) mediante outras formas disponibilizadas pelo EMISSION, a seu critério, desde que permitidas na legislação/regulamentação aplicável. 3.5. O TITULAR declara que previamente à assinatura deste termo foi devidamente informado de que a utilização do cartão para a realização de determinadas transações, bem como a opção de contratação de empréstimo, financiamento ou parcelamento mediante a utilização do cartão, acarretará na cobrança de encargos e tarifas, nos termos do disposto na regulamentação de utilização do cartão e na legislação vigente. Os encargos do período serão informados na fatura e o percentual máximo de encargos que incidirá no mês subsequente serão, obrigatoriamente, informados ao TITULAR, de forma estável, possibilitando que o mesmo tenha acesso, convenientemente, aos valores que lhe serão cobrados, previamente à

Empréstimo consignado:




45. Não bastasse a clareza na redação do instrumento contratual celebrado, nas faturas que são enviadas mensalmente aos consumidores dos cartões consignados, também é possível obter informações a respeito do valor mínimo cobrado em folha de pagamento, o saldo remanescente em aberto, a taxa de juros cobrada e todos os encargos que incidirão no mês subsequente sobre o saldo devedor remanescente, caso o consumidor não liquide sua fatura integralmente. Veja-se do documento de pag. 475:

DIRBEN/CGGPB
No. 69
Rubrica: 100

46. Acrescente-se a isso que o campo destinado à assinatura goza da mesma transparência e clareza, contando inclusive com campo próprio para assinatura por pessoas analfabetas, *verbis*:

- Contrato cartão consignado:

Local e data: _____

 Assinatura da TITULAR: _____


DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR: Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado: _____

Nome: _____ CPF ou CI: _____

Testemunhas: _____

Nome/CPF: _____ Nome/CPF: _____

 **BMG**

Assinatura Digital do Cliente

- Contrato empréstimo consignado:

DECLARAÇÃO DO CLIENTE: _____

Declaração se analfabeto ou impedido de assinar: Declaro que ouvi atentamente a leitura desta Cédula, na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo e estando ciente das condições e obrigações que assumi na presente operação.

A rogo do(a) EMITENTE, assina o rogado: _____

Nome: _____ CPF: _____

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

Nome/CPF: _____ Nome/CPF: _____



Polegar Direito - Cliente

BANCO BMG S.A. Central de Relacionamento, apenas fixo 0800 031 8866, SAC 0800 979 9099, para deficiente auditivo ou de fala 0800 979 7333 - atendimento 24h todos os dias da semana, Cobrança 0800 286 3836/Se sua reclamação foi tratada em nossos canais de atendimento, mas a solução oferecida não foi satisfatória, procure a OUVIDORIA 0800 723 2044

47. Como se percebe, o BMG atingiu tal nível de clareza e precisão quanto as informações dos contratos de adesão, entretanto ainda se depara com consumidores com inúmeras justificativas distintas para não reconhecerem a contratação perante o poder judiciário. Felizmente na maior parte das demandas movidas por esses beneficiários, o bom direito do BMG vem sendo reconhecido, conforme noticiado no capítulo anterior.

48. Por fim, o BMG esclarece que vem cumprindo estritamente com a atual redação do art. 21-A da Resolução nº. 28/2008, que criou o ‘Termo de Consentimento Esclarecido’ (TCE), que possui como objetivo eliminar qualquer

possibilidade do consumidor alegar desconhecimento ou divergência no objeto contratado (v. **doc. 03**). Veja-se:

 TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO 	
em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União.	
I - TITULAR: I. Nome Completo do TITULAR / 2. CPF / 3. Nº do Benefício:	I. HELIO JOSE DOS SANTOS / 2. 191.476.359-91 / 3. 1651904844
II - PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DO SALDO DEVEDOR: Desde que cumpridas as condições descritas no item VI, abaixo, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até: 84 meses	
eu, acima qualificado como titular do cartão de crédito consignado contratado com o Banco BMG S/A, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, estar de ciência e de acordo que:	
() contratei um cartão de crédito consignado;	

49. Como se vê, em todo o instrumento contratual há informação clara, precisa e adequada, com destaques para os pontos essenciais como a espécie de contrato e no caso de cartão de crédito consignado a informação de que o desconto consignado em folha de pagamento visa o pagamento do valor mínimo da fatura.

50. Tais questões, reforçam que a única conclusão passível de se obter pela análise dos contratos do BMG: não há possibilidade de qualquer consumidor ser “enganado” e imaginar “que estava contratando um produto distinto daquele ofertado por esta instituição financeira.

51. Por essas razões, o BMG comprova que não pratica nenhuma infração aos artigos 21 e 21-A da Instrução Normativa INSS nº. 28/2008, devendo o presente processo ser arquivado sem a imputação de qualquer sanção ao BMG.

(iv.b) – Ausência de infração Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº. 77/2020

52. O INSS alega ainda que esta instituição financeira teria infringido o ACT nº. 77/2020, que trata do seguinte em seu preâmbulo (**doc. 04**):

“Acordo de Cooperação Técnica nº. 77/2020:
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO
SEGURO SOCIAL E A ACORDANTE PARA
REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES

DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS E DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.”

53. Ocorre que, trata-se de fundamento genérico e com alto grau de abstração, notadamente quando se percebe pela leitura do §2º da cláusula terceira, que o BMG possui inúmeras obrigações descritas ao longo dos 33 (trinta e três) incisos que compõem o dispositivo.

54. Por sua vez, **o INSS não indica sequer um inciso que eventualmente tenha sido descumprido pelo BMG**, o que não permite concluir pela ocorrência de qualquer infração por esta instituição financeira, impossibilitando até mesmo o exercício desse direito de resposta.

55. Acrescente-se a isso, que para aplicar qualquer sanção com base no referido ACT, o INSS deveria ainda indicar à luz da cláusula quinta, §5º, qual das hipóteses ali descritas teria incorrido o BMG.⁴

56. Entretanto, o INSS deixou de indicar qual infração teria violado o supracitado ACT, dificultando inclusive o exercício do direito de defesa por esta instituição financeira.

57. Obviamente que a ausência de imputação específica da infração é razão para o arquivamento do processo administrativo sem a imputação de qualquer sanção. É o que espera e requer o BMG.

V – AUSÊNCIA DE MOTIVO QUE JUSTIFIQUE A EDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR À LUZ DO ART. 52 DA INSS Nº. 28/2008

⁴ CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

§ 5º O Acordante e a empresa de tecnologia responsável responderão, civil, penal e administrativamente: ,I - na hipótese de prestação de informações e/ou documentos falsos; II - por falhas e erros de qualquer natureza que acarretem prejuízo ao INSS, ao beneficiário ou a ambas as partes, no procedimento adotado na execução dos serviços acordados; e III - pelo uso indevido das informações do INSS e do beneficiário que venham a ter acesso, bem como pela inobservância do seu sigilo.

58. É incontroverso na jurisprudência pátria⁵, como também na doutrina⁶, que a ausência de motivo determinante para a edição de ato administrativo, tanto viola o princípio da motivação administrativa, quanto enseja a invalidade do ato administrativo que não cumprir com o referido postulado.

59. Por sua vez, a Instrução Normativa INSS nº. 28/2008, prevê a possibilidade de sanção à luz do art. 52, desde a suspensão ao recebimento de novas consignações, até a rescisão do convênio com o INSS.⁷

⁵ Ementa. **Apelação cível do Estado. Juízo de admissibilidade. Reexame necessário ex-officio. Parcial falta de interesse recursal. Preliminar acolhida. Mérito. Teoria dos Motivos Determinantes. Motivo que não condiz com a realidade. Ato administrativo inválido. (...) III- Se ao cotejar a correlação do motivo com a realidade fática restou possível aquilatar que a proposição não condiz com a verdade, é de rigor declarar a invalidade do ato administrativo, por força da teoria dos motivos determinantes.** IV- Ao estabelecer a majoração da verba honorária em sede recursal, observado o limite fixado pelos §§2º e 6º do art. 85, o novo CPC busca remunerar o profissional da advocacia pelo trabalho adicional realizado em sede recursal (...) (TJ-MS APL: 0802343-86.2015.8.12.0005, Relator: Des. Marco André Nogueira Hanson, Data de Julgamento: 13/03/2018, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 03/04/2018)

⁶ “De acordo com esta teoria, os motivos que determinaram a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, integram a validade do ato. Sendo assim, a invocação de motivos de fato falsos, inexistentes ou incorretamente qualificados vicia o ato mesmo quando, conforme já se disse, a lei não haja estabelecido, antecipadamente, os motivos que ensejariam a prática do ato. Uma vez enunciados pelo agente os motivos que se calçou, ainda quando a lei não haja expressamente imposto a obrigação de enuncia-los, o ato só será válido se estes realmente ocorreram e o justificavam.” (BANDEIRA DE MELLO. Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 34. Ed. São Paulo. Malheiros: 2019. Pag. 412).

⁷ Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de (...)

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos: (...)

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no § 4º do art. 1º, inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46;

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação (...).”

60. Entretanto, a única conclusão possível de se extrair dos autos do processo administrativa é que não constam motivos que possam acarretar nas supostas sanções. Nesse sentido, este i. INSS deve ter em mente que esta instituição financeira comprovou que o poder judiciário vem reconhecendo que o BMG não pratica infração aos beneficiários em sua coletividade quando celebra contratos de crédito consignado. Em outros termos: esta instituição financeira não vem incorrendo em prática abusiva, o que fica evidente pela **maior quantidade de êxitos do que de perdas do BMG na esfera judicial e também na ínfima quantidade de ações propostas à luz dos contratos celebrados.**

61. Além disso, a simples leitura do ato administrativo que instaurou este processo administrativo, bem como dos documentos apresentados ao longo dos processos administrativos anteriores ao presente, permite concluir que o BMG vem cumprindo estritamente com as normas regulamentares da Resolução nº. 28/2008 e do ACT nº.77

62. Isso porque, tais documentos comprovam que os contratos celebrados cumprem com os artigos 21 e 21A da supracitada resolução, além de evidentemente conter a assinatura dos beneficiários do INSS.

63. Por essas razões, resta evidente que não há motivo jurídico para o prosseguimento deste processo sancionador ou ainda aplicação de penalidade ao BMG, razão pela qual este processo administrativo deve ser imediatamente arquivado, por ser medida de direito.

VI—DA INCOMPETÊNCIA DOS JUÍZOS PARA RECOMENDAR A APLICAÇÃO DE SANÇÃO AO BMG

64. Como visto ao longo deste processo administrativo, percebe-se que o mesmo teve início através de ofícios judiciais da 2ª Turma do Juizado Cível do Distrito Federal e do Juízo Singular de União da Vitória/PR, ambos de maneira isolada e sem constar qualquer orientação dos respectivos Tribunais de Justiça a este respeito.

65. Por sua vez, o artigo 2º da CRFB determina total independência entre os três poderes do Estado, o que limita os poderes do Magistrado a atuação no âmbito judicial enquanto o litígio versa apenas por direitos individuais que as partes buscam ver reconhecidas nas demandas.

66. Afinal, não se pode considerar como violação ao mercado de beneficiários regulado pelo INSS a mera divergência entre as partes a respeito de um contrato celebrado de forma bilateral entre elas, o que ocorre em todas as ações judiciais que resultaram na aplicação de ofício a este i. INSS.

67. O que se percebe no caso concreto é que magistrados isolados, extrapolam seu poder de decidir ao recomendar à luz de casos individuais no qual aplicam seu entendimento isolado, a aplicação de sanções ao BMG por este i. INSS, sanções estas que apenas poderiam ser aplicadas em situações de violação coletiva ao mercado de beneficiários.

68. Nesse sentido o e. STJ vem decidindo r no sentido de que não cabe ao Poder Judiciário interferir no mérito do ato administrativo, de modo que, evidentemente, é totalmente descabida a atitude dos respectivos juízos isolados de recomendar a aplicação de sanções previstas no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008.

69. Além disso, o controle judicial somente pode ser realizado posteriormente a edição do ato administrativo, com o único objetivo de aferir sua legalidade, como já decidiu o STJ em precedente recente.⁸

⁸ ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. INCURSÃO NO MÉRITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. PENA APLICADA. PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS. MAGISTRADO. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A DIGNIDADE, HONRA E DECORO DAS FUNÇÕES. SANÇÃO. ADEQUAÇÃO.

1. No controle jurisdicional do processo administrativo, a atuação do Poder Judiciário limita-se ao campo da regularidade do procedimento, bem como à legalidade do ato, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo a fim de aferir o grau de conveniência e oportunidade.

2. É firme o entendimento de que é possível o exame da penalidade imposta, acerca da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação da pena, já que estaria relacionada com a própria legalidade do ato administrativo.

3. Nos termos do art. 2º da Lei n. 9.784/1999, a Administração obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa e contraditório, devendo os referidos postulados ser observados inclusive na aplicação dos atos sancionatórios.

70. Entretanto, não é o que vem ocorrendo no caso concreto, no qual os ofícios encaminhados pelos magistrados, contém manifesta interferência e ingerência na administração pública, notadamente por emitir juízo de valor e recomendar em juízo de conveniência e oportunidade – próprio dos administradores públicos – a aplicação de sanção.

71. Deste modo o BMG acredita ter demonstrado a ilegalidade da instauração do processo administrativo através de juízos de conveniência e oportunidade feito por magistrados, mas que somente deveriam ter sido feitos por administradores públicos, sendo esta mais uma razão para o arquivamento do processo administrativo.

VII – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO ART. 20 DA LEI N.º 13.655/18 (“LEI DE SEGURANÇA JURÍDICA”)

72. Além disso, há que se levantar que a edição de ato sancionador, incorreria em violação ao dispositivo legal do art. 20 do Decreto Lei nº. 4.657/42 (LINDB), inserido por força da Lei nº. 13.655/18 e que objetiva justamente criar um marco legal sobre a segurança jurídica no âmbito administrativo.

4. Especificamente em relação à proporcionalidade, alguns parâmetros devem ser adotados, sendo três as balizas a serem observadas: i) adequação - verificando-se se a medida adotada é eficaz para alcançar o resultado pretendido; ii) necessidade - devendo ser observado se o fim almejado pode ser atingido por meio menos gravoso ou oneroso; iii) proporcionalidade em sentido estrito - consubstanciada na relação custo-benefício, ponderando-se se a providência acatada não irá sacrificar bem de categoria jurídica mais elevada do que aquele que se pretende resguardar.

5. Do magistrado exige-se comportamento ético, moral, ilibado e probo tanto na vida pública como na particular, devendo agir sempre de forma compatível com a relevante função que exerce, conforme inteligência do Código de Ética da Magistratura, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça em agosto de 2008, que estabeleceu preceitos complementares aos deveres funcionais dos juízes que emanam da Constituição Federal, do Estatuto da Magistratura e das demais disposições legais.

6. Hipótese em que mostra-se correta a aplicação da pena de aposentadoria compulsória com proventos proporcionais à magistrada ante a prática de conduta gravíssima, incompatível com a dignidade, honra e decoro de suas funções, qual seja, a determinação de busca e apreensão de armas que estariam em poder, supostamente, de um morador do condomínio no qual ela residia, sem provocação do Ministério Público ou de autoridade policial, diligência que ela conduziu pessoalmente, e, ainda, o confisco de câmera fotográfica e a voz de prisão dada à empregada doméstica da residência. Aplicação do art. 56, II, da LC 73/1979.

7. Recurso desprovido.

(RMS 33.671/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Rel. p/ Acórdão Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 14/03/2019)

73. Tal dispositivo legal, diga-se bem, evidencia que a função precípua praticada por este i. Instituto, qual seja o efetivo dever de proteção aos administrados – dentre eles o BMG e seu mercado de consumo -, está submetida ao que dispõe a LINDB e, conseqüentemente, a Lei de Segurança Jurídica que a alterou. Veja-se do dispositivo legal:

“Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá **com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.**”

74. A aplicabilidade do referido dispositivo legal no caso concreto, encontra evidência dos documentos que instruem o presente processo administrativo. Afinal, a ausência de indicação dos incisos que estariam sendo descumpridos pelo BMG, por exemplo – geram alto grau de abstração nesse procedimento administrativo.

75. Além disso, a consequência prática de eventual sanção ao BMG acabaria por prejudicar inúmeros beneficiários deste i. INSS que contratam com esta instituição financeira e majoritariamente não procuram o poder judiciário com alegações de violações aos seus direitos.

76. Nesse sentido, **conforme explicam Floriano de Azevedo Marques Neto e Rafael Vêras de Freitas, em obra famosa, o atendimento ao art. 20 da LINDB prescinde que o ato administrativo explique se: (i) o agente público dispõe de capacidade institucional para tanto, ou se, excepcionalmente, está exercendo uma função que lhe é atípica, mas por uma necessidade pragmática, porém controlável; (ii) a decisão que será proferida é a mais adequada, considerando as possíveis alternativas e o seu viés intrusivo; e (iii) se as consequências de suas decisões são predadoras de medidas compensadoras, ou de um regime de transição.**⁹

⁹ Cuida-se de uma motivação para além da exigida pelo disposto no art. 50 da Lei nº. 9.784/1999. A prescrição que ora se comenta é um tanto mais sofisticada. Estabelece um devido processo legal decisório, mais interessado nos fatos, por intermédio do qual os decisores terão de explicar se: (i) dispõem de capacidade institucional para tanto, ou se, excepcionalmente, estão exercendo uma função

77. **Tais critérios, foram expressamente aderidos pelo Supremo Tribunal Federal em decisão de embargos de declaração na Ação Cautelar 3.637 – RO, oportunidade na qual a suprema corte denominou os critérios supracitados como devido processo legal decisório o qual compreende no dever das decisões administrativa explicarem se: “(i) dispõem de capacidade institucional para tanto, ou se, excepcionalmente, estão exercendo uma função que lhe é atípica, mas por uma necessidade pragmática, porém controlável; (ii) a decisão que será proferida é a mais adequada, considerando as possíveis alternativas e o seu viés intrusivo; e (iii) se as consequências de suas decisões são predadoras de medidas compensadoras, ou de um regime de transição.”¹⁰**

78. Nesse liame, o ato administrativo que instaurou o presente processo administrativo, apenas cumpre com o primeiro dos critérios acima, qual seja, de legitimar sua competência.

79. **Entretanto, d.m.v., pelos documentos constantes nessa defesa e nos autos do processo, percebe-se que eventual edição de ato administrativo**

que lhe é atípica, mas por uma necessidade pragmática, porém controlável; (ii) a decisão que será proferida é a mais adequada, considerando as possíveis alternativas e o seu viés intrusivo; e (iii) se as consequências de suas decisões são predadoras de medidas compensadoras, ou de um regime de transição. Comentários à Lei nº. 13.655/2018: Lei da Segurança par a Inovação Pública. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2019. P. 37)

¹⁰ “Emb. Decl. Na ação cautelar 3.637 Rondônia. Relator: Min. Edson Fachin. Embte(s): Estado de Rondônia Proc.(a/s)(es): Procurador-Geral do Estado de Rondônia Embdo.(a/s): União Proc.(a/s)(es): Advogado-Geral da União Embdo(a/s): Banco Central do Brasil - BACEN Proc.(a/s)(es): Procurador-Geral do Banco Central do Brasil.

DECISÃO: Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Estado de Rondônia em face de decisão em que neguei procedência, nos seguintes termos:

(...)

De acordo com Floriano de Azevedo Marques e Rafael Vêras de Freitas, essa norma vincula ao Poder Judiciário e significa o seguinte:

‘A prescrição é um tanto mais sofisticada. Estabelece um devido processo legal decisório, mais interessado nos fatos, por intermédio do qual os decisores terão de explicitar se: (i) dispõem de capacidade institucional para tanto, ou se, excepcionalmente, estão exercendo uma função que lhe é atípica, mas por uma necessidade pragmática, porém controlável; (ii) a decisão que será proferida é a mais adequada, considerando as possíveis alternativas e o seu viés intrusivo; e (iii) se as consequências de suas decisões são predadoras de medidas compensadoras, ou de um regime transição. Cuida-se de uma motivação para além da exigida pelo disposto no artigo 50 da Lei 9.784/1999. Não se trata de um dever de utilização de uma ‘retórica das consequências’, como já se cogitou, nem, tampouco, tem o propósito de tornar o controle mais lasso. Quem exerce o controle não pode descuidar o seu autocontrole.’” (STF – ED AC 3.637-RO – Rondônia 9959567-98.2014.1.00.0000, Relator: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 02/08/2018, Data de Publicação: DJe- 195 18/09/2018)

sancionador não trará consequências práticas se movido em face de instituição financeira que não fere os beneficiários desta instituição financeira.

80. Como se vê, a edição de ato sancionador à luz das questões expostas nesses autos acarretaria em violação ao art. 20 da LINDB, razão pela qual este procedimento deve ser arquivado.

VIII – PROCEDIMENTO DECISÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE DEVE PONDERAR A DIFERENÇA DA RELAÇÃO ENTRE BMG-BENEFICIÁRIO E BMG-INSS

81. De acordo com o processo administrativo, há de fato alguns casos nos quais o beneficiário procura o poder judiciário com o argumento de que vem tendo seu direito violado.

82. Conforme consta dos dados apresentados pelo BMG nessa defesa, essas ações possuem, majoritariamente, como argumento central o fato de que terceiros fraudadores realizaram empréstimos consignados em seus nomes e CPFs, sem que a contratação tivesse de fato sido realizada.

83. Em casos como esses, tão recorrentes no dia a dia dos poderes executivo – através de seus órgãos de controle – e judiciário, é evidente a desvantagem da instituição financeira: **além de devolver ao consumidor os valores descontados (e muitas vezes ser condenada ao pagamento de danos morais), não receberá o crédito concedido ao terceiro fraudador e ainda poderá ser penalizada pelo órgão de controle.**

84. Portanto, para fins de verificar se o BMG praticou infração ao mercado de beneficiários deste INSS, este deve-se verificar no processo decisório não o resultado da relação jurídica BMG-beneficiário individual, mas principalmente o resultado da relação jurídica BMG-mercado de beneficiários

85. Isso porque, se à luz da relação jurídica individual BMG-beneficiário, quando não comprovada a contratação, a instituição financeira deve

cancelar o contrato e restituir os valores eventualmente pagos, já à luz da relação BMG-mercado de beneficiários, a instituição financeira é inegavelmente vítima e não pode ser penalizada.

86. Afinal, a instituição financeira foi igualmente vítima de ato ilícito praticado por terceira pessoa, o que aliás é reconhecido pelo próprio art. 14 do CDC como causa para a exclusão de responsabilidade.

87. Em outros termos: as fraudes praticadas por terceiro (fraudador), mediante apresentação de documentos falsificados ou adulterados em nome dos consumidores não pode servir como base para punir o BMG – mais uma vez – em face do mercado de beneficiários do INSS,

88. Em casos como esses, repise-se, a instituição financeira é tão vítima de fraude quanto o consumidor por culpa exclusiva desse terceiro que assumiu a identidade da vítima fazendo uso de documentos materialmente regulares e impossibilitando a detecção da fraude. Portanto, **penalizar o BMG na esfera administrativa por situação jurídica na qual a instituição financeira é vítima, acarretaria na completa insegurança jurídica na relação instituição financeira-mercado de beneficiários,** o que não deve ser permitido por este INSS

89. Por mais estas razões, o BMG acredita que este processo administrativo deve ser arquivado.

IX – AD ARGUMENTANDUM: PROCEDIMENTO DECISÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE DEVE PONDERAR A FUNÇÃO INSTRUMENTAL DA SANÇÃO COM OS POSTULADOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE

90. Por último, **não há como vislumbrar que, caso eventualmente seja aplicada qualquer sanção ao BMG, esta deve considerar, à luz de sua função instrumental, a aplicação dos postulados da proporcionalidade e razoabilidade.**

91. A este respeito, o BMG relembra a este i. INSS que a atividade sancionadora da administração pública evoluiu em tempos recentes, deixando a sanção de ser uma mera decorrência da infração para servir como política pública instrumento de defesa institucional para que não ocorra a infração. Desde então, a sanção vem atuando no direito brasileiro com um duplo viés instrumental: sancionar para evitar nova sanção, como bem explica a obra paradigmática de AliceVoronoff.¹¹

92. Assim, é que ao decidir no processo administrativo, o agente do INSS deve apurar as condições de fato do mundo fenomênico baseado nos argumentos e documentos apresentados pelos beneficiários e BMG, recaindo em duas possibilidades: **(i)** ou os fatos examinados não se encaixam no suporte fático de uma norma jurídica abstrata, seja uma regra, seja um princípio; ou **(ii)** eles se enquadram no suporte fático de uma ou mais normas jurídicas abstratas, sejam regras ou princípios.¹²

93. No caso da hipótese ‘i’, a consequência fatalmente seria a não aplicação da sanção, nos termos já vistos nessa petição. Por sua vez, no caso da hipótese ‘ii’, tratada neste capítulo, o agente público deve ponderar qual regra ou princípio dentre aqueles incidentes deve se sobressair, para decidir se a sanção é a melhor resposta para o caso concreto.

94. Nesse caso, para verificar qual a norma jurídica será aplicável, este INSS deve se utilizar de dois importantes instrumentos, quais sejam, os postulados

¹¹ Em obra paradigmática sobre o tema, Alice Voronoff apresenta propostas para a criação de uma teoria própria do direito administrativo sancionador, que analise se a sanção: “é uma resposta correta no contexto específico em que inserida e se foi calibrada (em tese e em concreto) de modo apropriado. Se ela é capaz de produzir os incentivos necessários ao alcance das finalidades buscadas a custos razoáveis, não apenas da ótica econômica, mas também material.(...) É por meio desse olhar que se deve refletir sobre a realidade brasileira. O direito administrativo sancionador no país carece de um discurso orientado a preocupações como as acima destacadas, não com vista à definição de um modelo único e ideal, mas de estratégias sancionatórias adequadas e possíveis aos diferentes contextos de atuação do Estado-Administrador (Direito administrativo sancionador no Brasil. Belo Horizonte: Fórum. 2018. P. 146).

¹² Nesse sentido, Ricardo Marcondes. Tratado de Direito Administrativo: Ato Administrativo e Procedimento Administrativo. V. 5. 2.ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil. 2019. Pag. 103

da proporcionalidade e razoabilidade, conceitos indissociáveis da conduta estatal e, por isso, com status de postulado no sistema normativo¹³.

95. Isto quer dizer que **na análise do caso concreto à luz desses postulados, este julgador deve se ater ao seguinte: (i) que, por não estarem no mesmo nível aplicação das regras aplicadas pelo INSS, esses postulados orientam o agir do agente público e consequentemente da sanção aplicada ao BMG; (ii) esses postulados são dirigidos ao intérprete e aplicador do Direito, tal como o próprio INSS, que deve os levou em consideração; e (iii) por não se situarem no mesmo nível das regras aplicadas pelo INSS, não há conflito de normas**¹⁴.

96. **Resta evidente que ao aplicar a sanção ao BMG, este i. INSS deve ponderar a relação adequação/necessidade da medida que decorrem desses postulados. Afinal, qual a necessidade de aplicar uma pena que pode causar prejuízos de diversos beneficiários deste INSS? Ou qual a adequação desta pena considerando o interesse público ao qual o INSS se submete? Obviamente nenhum!**

97. Como se vê, ao editar o ato administrativo sancionador, o administrador público deve ponderar, através dos instrumentos da proporcionalidade e razoabilidade, a possível sanção a ser aplicada ao BMG se for o caso de sua aplicação.

98. Corroborando as questões supracitadas, o e. STJ já se manifestou a respeito da possibilidade da revisão da aplicação da penalidade sem que isso caracterize invasão da competência da esfera administrativa.¹⁵

¹³ 39.Sem embargos à dicotomia clássica que polariza regras e princípios, vale ressaltar que a razoabilidade e a proporcionalidade são consideradas metanormas (ou normas de segundo grau), tipificadas como postulados, definidos como instrumentos normativos metódicos, isto é, como categorias que impõem condições a serem observadas na aplicação das normas, regras e dos princípios, com eles não se confundindo, uma vez que não possuem caráter apenas descritivo ou finalístico, servindo como método condicionante à exegese dos próprios princípios e regras. (ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 124)

¹⁴ ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 153-173.

¹⁵ “Multa administrativa. Redução. Juiz. Possibilidade. Se aplicada com exorbitância, pode o Juiz reduzir a multa sem que isto caracterize invasão da competência da esfera administrativa. Recurso Improvido”. REsp. 208674 SC. Rel. Min. Garcia Vieira. 1ª Turma. Dje. 28/06/1999.

99. Deste modo, no caso de eventual sanção, este i. INSS deve ponderar sua aplicação à luz do caráter instrumental da sanção e dos postulados da proporcionalidade e razoabilidade, nos termos descritos neste capítulo, por ser medida de direito.

X – CONCLUSÃO

100. Ante todo o exposto, o BMG confia que este i. INSS irá acolher os argumentos do BMG e determinar o arquivamento do presente processo administrativo sem a edição de ato administrativo sancionador, ou ao menos em que caso de eventual infração, aplicar possível sanção à luz de seu caráter instrumental e dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

101. Por oportuno, o BMG reitera que as publicações de todas as intimações sejam exclusivamente realizadas em nome de seus patronos **GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO, INSCRITO NA OAB/DF Nº. 53.701-A** e **VITOR CARVALHO LOPES, INSCRITO NA OAB/SP 241.959-A**, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 4509 - 4º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04538-133, sob pena de nulidade, e no e-mail: intimacoes@villemor.com.br. sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 05 de dezembro de 2021.

Pedro Luiz Chagas Costa
OAB/SP nº 319.526-A

Vitor Carvalho Lopes
OAB/SP nº 241.959-A

Fernando Lima Gurgel do Amaral
OAB/SP nº 296.610-A